

## Opinião do GLOBO

Só fim de sigilo  
afastará ideia de  
que STF fez censuraComissão de deputados ligados a  
Trump acusa Supremo de cercear  
liberdade de expressão no Brasil

O longo segredo imposto pelo Supremo Tribunal Federal a inquéritos abertos em nome da defesa da democracia e das instituições tem contribuído para afetar a credibilidade da Corte e alimentar acusações de que ela instituiu censura prévia a centenas de cidadãos. Cabe agora à Comissão de Justiça da Câmara dos Estados Unidos, liderada por trumpistas, divulgar informações sobre processos movidos no Brasil contra plataformas digitais.

Um relatório de 541 páginas tornado público na última quarta-feira exibe cópias de 49 decisões do Supremo Tribunal Federal e de 39 da Justiça Eleitoral, a maior parte sigilosa, ordenando suspensão de postagens e contas em redes sociais. A maioria é assinada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator de inquéritos sobre desinformação, atos antidemocráticos, milícias digitais e casos correlatos.

O relatório da comissão americana fala explicitamente em "censura" no Brasil e menciona 150 perfis suspensos apenas no X (ex-Twitter).

"As ordens de censura foram dirigidas especificamente a críticos do governo brasileiro: integrantes conservadores da legislatura federal, jornalistas, integrantes do Judiciário e até um cantor gospel e uma rádio popular — noutras palavras, qualquer um com uma plataforma para criticar o governo de esquerda no poder", afirma o documento.

Em resposta, o Supremo disse que as suspensões se basearam na lei. "Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", informou o STF.

Diversos documentos divulgados pelos americanos são, de fato, apenas despacho com ordens judiciais para remoção de contas. "Fazendo uma comparação, para compreensão de todos, é como se tivessem divulgado o mandado de prisão (e não a decisão que fundamenta o prisão) ou o ofício para cumprimento do bloqueio de uma conta (e não a decisão que fundamenta o bloqueio)", afirma a Corte. Outras ordens de suspensão divulgadas pela comissão americana não acompanham a fundamentação.

Adicionalmente, o relatório menciona que as ordens de suspensão foram emitidas sem a participação de um órgão de controle externo, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entidade responsável por supervisionar o Poder Judiciário. O relatório também menciona que as ordens de suspensão foram emitidas sem a participação de um órgão de controle externo, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entidade responsável por supervisionar o Poder Judiciário.

Peso do mercado ilegal na economia  
brasileira se tornou insuportávelPesquisa estima custo de contrabando,  
fraudes, pirataria, furtos de água e luz  
em R\$ 454 bilhões ao longo de um ano

O Brasil perde todo dia R\$ 1,2 bilhão com o mercado ilegal. O cálculo, sobre produção, compra e venda de mercadorias que não cumprem a lei, incluindo pirataria, fraudes, contrabando, sonegação de impostos, furtos de energia e água. O custo ao longo dos 12 meses de 2022 foi de R\$ 453,5 bilhões, ou quase 5% do PIB, segundo o estudo Brasil Ilegal em Números, feito por uma parceria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e da Federação das Indústrias de São Paulo (Fisp). É um peso intolerável para a economia brasileira. É como se, de cada R\$ 20 produzidos no país, R\$ 1 fosse roubado.

O estudo considera 16 setores afetados pelo crime, entre eles automotivos, bebidas alcoólicas, celulares, cigarros, combustíveis, cosméticos, perfumes, TV por assinatura e vestuário. O problema exige mais vigilância das autoridades nas três esferas de governo e esforço maior para conscientizar a população que compra produtos ilegais.

Quem consome esses produtos acredita levar vantagem por pagar mais barato, mas esquece os efeitos nefastos da ilegalidade no mercado de trabalho e no bem-estar. As perdas anuais das empresas inibem a criação de empregos formais e a geração de riqueza. Somente em 2022, 369.823 vagas diretas com carteira assinada deixaram de ser geradas, estima a pesquisa. Os R\$ 136 bilhões em impostos que deixaram de ser recolhidos pelo governo poderiam alavancar obras ou ser investidos em saúde ou educação.

Furtos de energia elétrica, conhecidos como "gatos", acarretam perda de R\$ 6,3 bilhões às concessionárias, inibindo investimentos e a prestação de serviços melhores. A energia elétrica furtada em um ano seria suficiente para atender a todos os consumidores residenciais da Região Metropolitana de São Paulo. Sem o custo desse descuido, as tarifas poderiam diminuir. O prejuízo anual acarretado por ligações ilegais de água e esgoto é ainda maior: R\$ 14 bilhões. O vo-

lume de água furtada em um ano equivale a 2,6 vezes ao armazenado no Sistema Cantareira, que serve a metrópole paulistana. Sem receber pelo serviço prestado, as concessionárias têm menos capital para investir na expansão do saneamento.

O contrabando é outra preocupação. Ele ganhou vulto com a proliferação de mercados digitais especializados em vender produtos piratas, roubados ou contrabandados. Só em 2023, a Receita Federal apreendeu R\$ 3,78 bilhões em mercadorias. O estudo estima que isso equivale a menos de 1% do comércio legal. A economia legal alimenta atividades criminosas e tem um vínculo nítido com a violência. Combatê-la exige ação em duas frentes. A primeira é criar na população a consciência da importância de consumir apenas produtos e serviços oriundos do mercado formal. A segunda é criar políticas públicas que tornem a ilegalidade mais custosa para os criminosos que vivem dela, sem descuidar da repressão. O vo-

## Artigos

opinioes.globo.com/opinioes/  
carlosalbertosardenbergCARLOS ALBERTO  
SARDENBERGOpinioes.globo.com/opinioes/  
carlosalbertosardenberg

## Não pode ser normal

Divergências entre juízes de Cortes superiores são normais, isso no campo das interpretações jurídicas. Por isso não foi normal a divergência verificada na semana passada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre os ministros Luís Felipe Salomão, do STF, e Luís Roberto Barroso, do STJ. Passou longe do âmbito jurídico.

Tratava-se do caso de Gabriela Hardt, juíza que, em fevereiro de 2019, condenou Lula a 12 anos e 11 meses de reclusão, por corrupção, no caso do sítio de Atibaia. Foi o momento mais importante da Lava-Jato, mas não pelo comportamento profissional de Hardt, mas não pelo processo de Lula. E sim pela acusação de envolvimento dela na criação de uma função para administrar recursos provenientes de pagamento de multas por empresas apanhadas na Lava-Jato.

A fundação não saiu, mas Salomão entendeu, em resumo de lei, que a intenção de criá-la já era forte indicio de faltas disciplinares e violações de deveres funcionais. Mais que isso, a juíza podem ser atribuídos crimes de peculato-desvio, prevaricação, corrupção privilegiada e passiva.

Com base nessa argumentação, o desembargador determinou o afastamento da juíza, isso na segunda-feira desta semana. Um dia depois, em reunião de plenário, o presidente do CNJ e do STJ, Barroso, definiu com palavras duras a decisão de Salomão: ilegítima, arbitrária, desnecessária, sumária, prematura, injusta e perversa.

Como podem divergir tanto?

Só uma possibilidade: não se trata mais de questão jurídica, mas de política. De um lado, a tentativa de arrasar tudo o que se refere a Lava-Jato. De outro, o entendimento de que, problemas à parte, a operação de Curitiba deixa um legado importante, a demonstração da existência de grossa corrupção no país. E no exterior.

A maioria do CNJ acompanhou Barroso, e a punição a Hardt foi suspensa. Foi o melhor. A acusação contra a juíza parte de uma suposição perversa: que o pessoal da Lava-Jato queria meter a mão no dinheiro das multas e que tudo foi feito para encher os bolsos de procuradores e juízes da operação.

Já está praticamente consumado o cancelamento das condenações da Lava-Jato. De novo, não se inocentam os acusados, mas anulam-se processos. O pessoal, entretanto, quer sangue. Não basta desmontar a operação, é preciso cassar e condenar promotores e juízes do caso. Daí a bronca de Barroso. Parece dizer: calma lá, pessoal.

Foi correto. Mas o ponto é outro: não é normal esse movimento radical para eliminar qualquer possibilidade de combate à corrupção. A quem interessa?

É a vontade de autoridades que se tratam de autoridades. A Controladoria Geral da União (CGU) negocia com empreiteiras um bom desconto nas multas que haviam concordado em pagar, por meio de acordos de leniência. O chefe da CGU, ministro Vinícius Marques de Carvalho, é dono de um escritório de advocacia que representa nessas negociações a Novonor, ex-Odebrecht. Ele diz que não tem nada de mais, porque se afastou totalmente do escritório para assumir o cargo público. Está longe de parecer normal.

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, também parece ter uma noção particular da normalidade na gestão pública. Ele abriu seu gabinete para o sogro, Fernando Filho, que lá despachava sem ter cargo algum. O caso foi parar na Comissão de Ética da Presidência da República, que considerou normal essa ajudinha administrativa do sogro.

Outra: tendo seu gabinete informado que ele estava em missão oficial, o que lhe dava direito a ver no Jato da FAB e ainda receber diário, o ministro passou três dias acompanhando leitões de cavalos. Revelado o fato, veio a explicação do gabinete: falha no sistema, que registrou indevidamente o pagamento de diárias para dias de folga. O Jato da FAB? Estava de carona. Afinal, é o que fazem muitos ministros.

É fútil tudo por isso mesmo. Não pode ser normal.

## GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Joo Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.com/pt-br/pt-br>

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GR